

Companhia do Metrô da Bahia

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia, acompanhado das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma empresa do Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a Companhia é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões. Além disso, foi o sistema metroviário que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras.

Atualmente, a Companhia opera duas linhas metroviárias, com 33 km de extensão, 20 estações, 8 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.400 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento interligadas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

O metrô é um importante vetor da ampliação da mobilidade urbana de Salvador, contribuindo com a redução de gargalos na cidade e região metropolitana. Trouxe melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3 Destaques de 2021

Em dezembro de 2021, foi celebrado o Termo Aditivo nº 9 que incluiu como responsabilidade da Companhia as atividades de interface e integração da implantação do Tramo 3 da Linha 1 com infraestrutura já existente do Metrô. Em razão disso, foi estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão a ser pago na forma de contraprestações públicas trimestrais (Contraprestação Marginal 15). Foi redefinido também, as diretrizes de implantação da saída do Terminal de ônibus de Pirajá e o valor da contraprestação pública a ela referente (Contraprestação Marginal 14). O Termo Aditivo nº 9 também prevê a possibilidade de que o Concedente solicite à Companhia a promoção de estudos relacionados ao Metrô, mediante ressarcimento, que poderão resultar em investimentos adicionais.

A Companhia transportou quase 72 milhões de clientes em 2021 e realizou mais de 275 mil viagens. No total, os trens percorreram mais de 4.5 milhões de quilômetros, que equivalem a 110 voltas ao planeta Terra ou a mais de 5 viagens de ida e volta à Lua. Desde 2014, início da operação, a Companhia já transportou mais de 386 milhões de pessoas.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Mercado

O Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e de Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde.

A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes, que modernizou e solucionou parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, bem como reestruturou o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2 Desempenho da Companhia

R\$ mil	2021	2020	Varição %
Receita Operacional	940.901	666.629	41,14%
Custos e despesas totais	(420.777)	(349.045)	20,55%
Resultado Financeiro	(288.774)	(282.828)	2,10%
Resultado Líquido	152.153	22.230	584,45%
Dívida Bruta	3.812.490	3.667.069	3,97%

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

2.2.1 Receita operacional

A receita metroviária em 2021 totalizou R\$ 435.459 (30,47% maior que 2020) e representou 91,42% do total da receita (excluindo receita de construção e receita de remuneração dos ativos). Este crescimento é resultado do aumento da demanda no ano de 2021, em decorrência ao início da vacinação da população e, conseqüentemente, a flexibilização das medidas restritivas que não acompanharam o cenário antes da pandemia devido ao surgimento de novas variantes da COVID-19.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 fechou acima dos 10%. Em decorrência disso as Receitas Operacionais refletiram ganhos econômicos e financeiros, principalmente na remuneração dos ativos financeiros da concessão.

A receita de construção aumentou 18,31% em 2021 se comparada ao ano de 2020 (de R\$59.706 para R\$73.093), principalmente em consequência das obrigações financeiras previstas nos contratos de investimento.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas totais da Companhia apresentam um aumento de 20,55% em relação ao ano de 2020. Esse aumento se relaciona principalmente com custos de pessoal, custos de construção e despesas totais, em face da retomada gradual da atividade econômica e das contingências jurídicas cíveis e trabalhistas do consórcio Metrô Bahia que foram assumidas pela Companhia em 2021.

2.2.3 Resultado Líquido

O Resultado Líquido da Companhia no ano de 2021 foi de R\$ 152.153, tendo como principais destaques o aumento da receita operacional pela retomada da demanda e o impacto do IPCA sobre a remuneração dos ativos financeiros da concessão.

2.2.4 Dívida

Ainda como parte das medidas adotadas para preservar o caixa frente aos impactos da pandemia do Coronavírus, a Companhia obteve junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) uma nova prorrogação do *Standstill* – Suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos contratos de financiamento vigentes, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros, com capitalização das parcelas suspensas à dívida de maio até outubro 2021.

2.3 Perspectivas

Em 2022, a Companhia prevê: (i) instauração por meio de processo arbitral para dirimir a controvérsia referente ao Risco Compartilhado de Demanda; (ii) que seja continuado o processo de seccionamento das linhas de ônibus urbana e metropolitana; e (iii) com base na evolução da Campanha Nacional de vacinação para imunização ao Coronavírus a continuidade na retomada das atividades econômicas.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo a CPC (Companhia de Participações em Concessões) como sua única Controladora.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo atualmente Marcio Magalhães Hannas o Presidente do Conselho, Roberto Vollmer Labarthe e Roberto Penna Chaves Neto os demais membros efetivos. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração sendo André Luis Pereira Costa (Diretor Presidente) e Marcio Magalhães Hannas (Diretor).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso é necessário assegurar a atração, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2021, foi otimizado o quadro de pessoal da Companhia com bastante oportunidade de trabalho, seguido de treinamentos e qualificações para os colaboradores. Foram ofertadas 231 vagas para o público interno e externo, obtendo 114 mil inscritos, 228 pessoas admitidas e 162 colaboradores promovidos, dos quais foram efetivados 23 jovens aprendizes e 3 estagiários. Em dezembro de 2021 o quadro de funcionários era composto 1.351 colaboradores diretos.

Mesmo em meio à situação da pandemia, foram investidos mais de R\$ 415 mil em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a 20 mil horas de treinamentos, em sua maioria online. Além disso, foram conferidos aos nossos colaboradores, nos termos da nossa política de benefícios: (i) plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A; e (ii) benefícios sociais como programas de auxílio e/ou suplementares ao bem-estar social extensivo aos seus dependentes legais.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program (CDP)*: coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative (GRI)*: organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2021, a Companhia recebeu prêmio e reconhecimento de destaque, no:

- **8º Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários ANPTrilhos-CBTU:** CCR Metrô Bahia é vencedora em Prêmio Nacional de Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários

5. Considerações Finais

5.1 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2 Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

5.3 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Salvador, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia**
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Companhia do Metrô da Bahia

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	241.367	124.293	Financiamentos	13	81.707	72.027
Aplicações financeiras	6	42.700	49.613	Nota promissória	14	-	59.885
Contas a receber	7	22.455	101.793	Fornecedores	15	61.572	69.486
Contas a receber - partes relacionadas	10	161	288	Fornecedores - partes relacionadas	10	3.066	3.520
Ativo financeiro	8	570.441	226.732	Impostos e contribuições a recolher		1.568	1.126
Adiantamento à fornecedor		3.524	7.064	ISS parcelado		592	-
Tributos a recuperar		2.900	2.842	Obrigações sociais e trabalhistas	16	21.990	16.502
Estoques (materiais sobressalentes)		21.483	12.055	Dividendos a pagar	18d	1.157	-
Despesas antecipadas e outros		6.490	5.317	Outras contas a pagar		2.401	1.878
Total do ativo circulante		911.521	529.997	Total do passivo circulante		174.053	224.424
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	-	235.436	Financiamentos	13	3.730.783	3.535.157
Ativo financeiro	8	2.106.483	1.828.439	ISS parcelado		1.974	-
Tributos a recuperar		376	367	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	8.495	1.272
Estoques (materiais sobressalentes)		9.631	5.920	Tributos diferidos	9b	8.421	-
Tributos diferidos	9b	-	70.776	Obrigações sociais e trabalhistas	16	608	81
Despesas antecipadas e outros		562	782	Outras contas a pagar		391	-
Total do ativo não circulante		2.117.052	2.141.720	Total do passivo não circulante		3.750.672	3.536.510
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	11	33.950	36.119	Capital social	18a	1.745.342	1.745.342
Infraestrutura em construção	12	2.587.089	2.630.389	Reservas de lucros		3.714	-
		24.169	20.769	Prejuízos acumulados		-	(147.282)
Total do ativo não circulante		4.762.260	4.828.997	Total do passivo e patrimônio líquido		1.749.056	1.598.060
Total do ativo		5.673.781	5.358.994			5.673.781	5.358.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	940.901	666.629
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(73.093)	(59.706)
Serviços		(30.647)	(25.591)
Depreciação e amortização	11 e 12	(95.710)	(92.160)
Custo com pessoal		(98.366)	(83.658)
Materiais, equipamentos e veículos		(13.208)	(8.200)
Energia elétrica		(32.854)	(26.877)
Outros		(14.481)	(12.803)
		<u>(358.359)</u>	<u>(308.995)</u>
Lucro bruto		582.542	357.634
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(17.292)	(14.401)
Serviços		(14.415)	(12.265)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.994)	(1.891)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.882)	(1.992)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1.541)	(779)
Ressarcimento ao usuário		(83)	(2.447)
Campanhas e eventos promocionais		(2.005)	(1.794)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(247)	(341)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(7.223)	(23)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(87)	(33)
Despesas legais e judiciais		(12.501)	(1.887)
Outros		(4.180)	(2.197)
		<u>(63.450)</u>	<u>(40.050)</u>
Outros resultados operacionais		1.032	63
Resultado antes do resultado financeiro		520.124	317.647
Resultado financeiro	20	<u>(288.774)</u>	<u>(282.828)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		231.350	34.819
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>(79.197)</u>	<u>(12.589)</u>
Lucro líquido do exercício		152.153	22.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	152.153	22.230
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>152.153</u></u>	<u><u>22.230</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1° de janeiro de 2020	1.745.342	-	-	(169.512)	1.575.830
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.230	22.230
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.745.342	-	-	(147.282)	1.598.060
Lucro líquido do exercício	-	-	-	152.153	152.153
Destinações:					
Reserva legal	-	243	-	(243)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.157)	(1.157)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.471	(3.471)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.745.342</u>	<u>243</u>	<u>3.471</u>	<u>-</u>	<u>1.749.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	152.153	22.230
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.197	12.589
Depreciação e amortização	97.592	94.152
Baixa do ativo imobilizado e intangível	6	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos e notas promissórias	299.501	284.758
Receitas de remuneração de ativo financeiro	(415.777)	(232.096)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	3
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	19.397	2.636
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	159	359
Juros sobre impostos parcelados	374	-
Constituição da provisão para perda esperada - contas a receber	86	33
Rendimento de aplicação financeira	7.363	-
	87.898	162.434
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	314.688	(144.583)
Contas a receber - partes relacionadas	127	(225)
Tributos a recuperar	(67)	7.577
Ativo financeiro	(560.252)	(34.844)
Recebimento ativo financeiro	368.882	244.442
Estoques (materiais sobressalentes)	(11.546)	(8.579)
Adiantamento a fornecedores	3.540	980
Despesas antecipadas e outros créditos	(2.546)	1.071
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(7.511)	(50.311)
Fornecedores - partes relacionadas	(11.205)	(3.750)
Obrigações sociais e trabalhistas	6.015	(5.260)
Impostos e contribuições a recolher	3.221	171
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(587)	-
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(12.333)	(2.972)
Outras contas a pagar	523	757
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	331.000	189.138
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.995)	(2.712)
Adições ao ativo intangível	(66.903)	(59.958)
Outros de ativo intangível	12.502	1.510
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(450)	13.835
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(59.846)	(47.325)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos e notas promissórias:		
Captações	-	60.789
Pagamentos de principal	(75.001)	(11.608)
Pagamentos de juros	(79.079)	(70.948)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(154.080)	(21.767)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	117.074	120.046
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	124.293	4.247
No final do exercício	241.367	124.293
	117.074	120.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia do Metrô da Bahia ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR Metrô Bahia"), com sede localizada na rua Afeganistão do bairro Calabetão em Salvador – BA, tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte, Retiro, Pirajá, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituacu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 22 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituacu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 09 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 25 de agosto de 2014, foram inaugurados a estação e o terminal de integração de ônibus de Retiro, pertencentes à Linha 1.

Em 23 de abril de 2015, a Companhia inaugurou a estação Bom Juá, pertencente à Linha 1.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente às Linha 1 e Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 03 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela Companhia, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 05 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambués, Imbuí, CAB e Pituaçu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes foram considerados no Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão assinado em 04 de junho de 2018.

Em 04 de janeiro de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Rodoviária Norte, pertencente a Linha 2.

Em 23 de março de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pituaçu, pertencente à Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2018, a Companhia inaugurou a estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “*shuttle*”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até terminal aéreo.

Em 04 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, que ratificou o montante de contraprestação anual marginal a ser pago pelo Poder Concedente com o desmembramento das contraprestações anuais marginais 4, 5 e 6 para as contraprestações 7, 8 e 9, respectivamente, e após o pagamento antecipado de R\$ 100.000 em 11 de outubro de 2017, o qual havia sido firmado no Termo de Compromisso celebrado em 25 de julho de 2017, para fins de amortização de investimentos reequilibrados no Termo Aditivo nº 4. Essa antecipação de pagamento quitou integralmente a contraprestação anual marginal 3 e parcialmente as contraprestações anuais marginais 4 e 6.

Em 08 de agosto de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Aeroporto, pertencente a Linha 2.

Em 07 de fevereiro de 2019, foi assinado o Termo Aditivo nº 6 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações incluindo 3 contraprestações marginais, redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais, inclusão da operação transitória do Marco Operacional 7 e início da operação plena do SMSL.

Em 28 de fevereiro de 2019, foram assinados os Termos de Recebimento Definitivo dos Marcos Operacionais 3, 4, 5 e 6, além do Termo de Recebimento Final do SMSL, dando então início à Operação Plena.

Em 16 de março de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações, alterações econômico-financeira e redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais.

Em 15 de outubro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao Contrato de Concessão, com a repactuação de contraprestações e investimentos estabelecidos no Termo Aditivo nº 7, com a reprogramação de periodicidade e prazo do Risco Compartilhado de Demanda, reequilíbrio de novo escopo de investimento, solicitação da Companhia para instauração da Comissão de Acompanhamento e novas condições para integração metropolitana.

Em 27 de dezembro de 2021, foi celebrado o Termo Aditivo nº 9 que incluiu como responsabilidade da Companhia as atividades de interface e integração da implantação do Tramo 3 da Linha 1 com infraestrutura já existente do Metrô. Em razão disso, foi estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão a ser pago na forma de contraprestações públicas trimestrais (Contraprestação Marginal 15). Foi redefinido também, as diretrizes de implantação da saída do Terminal de ônibus de Pirajá e o valor da contraprestação pública a ela referente (Contraprestação Marginal 14). O Termo Aditivo nº 9 também prevê a possibilidade de que o Concedente solicite à Companhia a promoção de estudos relacionados ao Metrô, mediante ressarcimento, que poderão resultar em investimentos adicionais.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.
- Em 13 de maio de 2021, o BNDES aprovou a renovação do *standstill*, suspendendo o pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de maio de 2021 e 15 de outubro de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “m”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e

m) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

n) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

o) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a CPC 06 como se fosse uma modificação de arrendamento.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

p) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021;
- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- CPC 50 - Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 24 de fevereiro de 2022, foi autorizada pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2m Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)
- 9b Impostos diferidos
- 12 Intangível e infraestrutura em construção
- 16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14 e 21.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	418.131	410.794	410.794	410.794	6.915.035
Fornecedores e outras contas a pagar	63.973	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	3.066	-	-	-	-
Dividendos a pagar	1.157	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	1.027	2.610
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	240.340	121.683
Total - Caixa e equivalentes de caixa	241.367	124.293

Aplicações financeiras

	2021	2020
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	42.700	49.613
Total - Circulante	42.700	49.613

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,39% do CDI, equivalente a 4,37% ao ano (96,56% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	2021	2020
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	21.458	24.343
Receitas de mitigação de demanda (b)	-	76.891
Receitas acessórias (c)	1.162	638
	22.620	101.872
Provisão para perda esperada - contas a receber (d)	(165)	(79)
	22.455	101.793
Não Circulante		
Receitas de mitigação de demanda (b)	-	235.436
	-	235.436

Idade de Vencimento dos Títulos

	2021	2020
Créditos a vencer	22.010	336.637
Créditos vencidos até 60 dias	385	85
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	60	507
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	131	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	34	79
	22.620	337.308

- (a) Créditos a receber da Companhia Metropolitana da Bahia decorrentes de serviços prestados aos usuários;
- (b) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refere-se a créditos da Companhia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo nº 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda. Na posição de 31 de dezembro de 2021, os mesmos créditos foram reclassificados e contabilizados como Ativo Financeiro (NE 8), conforme ICPC 01.
- (c) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão; e
- (d) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo financeiro

	2020		2021					
	Saldo inicial	Saldo de transferência (a)	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferências	Outros	Saldo final
Circulante								
Aporte público (i)	5.902	-	580	(6.561)	79	-	-	-
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	214.312	-	761	(248.698)	1.070	254.449	14.845 (b)	236.739
Contraprestação pecuniária - parcela variável (ii)	6.518	-	34.846	(33.428)	-	-	(5.030) (c)	2.906
Mitigação de demanda (iii)	-	76.891	20.619	(80.196)	23.025	290.457	-	330.796
Total ativo circulante	226.732	76.891	56.806	(368.883)	24.174	544.906	9.815	570.441
Não circulante								
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	1.828.439	-	-	-	391.603	(254.449)	(726) (d)	1.964.867
Mitigação de demanda (iii)	-	235.436	240.795	-	-	(290.457)	(44.158) (e)	141.616
Total não circulante	1.828.439	235.436	240.795	-	391.603	(544.906)	(44.884)	2.106.483

(i) e (ii) Referem-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O recebimento será da seguinte forma:

- Aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional;
 - Contraprestação pecuniária – parcela fixa e parcela variável: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão; e
- (iii) Refere-se a créditos da Companhia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo nº 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda.

O saldo de contas a receber pela mitigação de risco de demanda, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 282.159, é relativo a parte incontroversa do 2º ano de operação plena (período de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021) já considerando a atualização monetária prevista no Termo Aditivo nº 8 ao contrato de concessão e R\$ 190.253 relativo aos dez primeiros meses do 3º ano de operação plena (período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022).

Em relação ao 1º ano de operação plena, o Poder Concedente manifestou-se de maneira divergente ao previsto no contrato de concessão e entendeu que o valor devido seria de R\$ 83.881, os quais já foram liquidados integralmente, diferentemente do entendimento da concessionária e seus assessores legais, cujo montante seria de R\$ 194.273. O valor de R\$ 110.392, não foi reconhecido nas demonstrações financeiras, por não atender aos critérios de reconhecimento de receita. A solução dessa controvérsia poderá ocorrer por meio de processo de arbitragem, onde a concessionária e o Poder Concedente estão dirimindo todos os esforços para a solução da questão.

Em relação ao 2º ano de operação plena, ainda que pagando, até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, o valor integral das parcelas devidas, o Poder Concedente manifestou seu entendimento acerca do compartilhamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 com a concessionária. Entretanto, isso diverge do relatório do Verificador Independente e, por se tratar de evento de força maior, não segurável, conforme previsto contratualmente, trata-se de risco imputável ao Poder Concedente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o 3º ano de operação plena, ainda não houve manifestação formal pelo Poder Concedente quanto ao valor apurado, conseqüentemente, foi adotada a mesma metodologia do Verificador Independente;

- (a) Valores apresentados anteriormente como contas a receber;
- (b) Valor refere-se à constituição de ativo financeiro em função de desapropriação;
- (c) Refere-se a baixa do saldo em função de avaliação de indicação de desempenho;
- (d) Refere-se a transferência entre alocação de aporte e contraprestação; e
- (e) Refere-se a baixa dos valores devidos de mitigação referentes ao 2º e 3º ano de operação plena, devido ao ajuste da metodologia de cálculo, que passa a considerar o abatimento da parcela dos custos no cálculo das prestações devidas.

Cronograma de recebimento – não circulante

2023	476.438
2024	205.361
2025	187.179
2026	149.388
2027 em diante	1.088.117
	<u>2.106.483</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	231.350	34.819
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(78.659)	(11.838)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	136	(288)
Despesas indedutíveis	(673)	(464)
Outros ajustes tributários	(1)	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(79.197)</u>	<u>(12.589)</u>
Impostos diferidos	<u>(79.197)</u>	<u>(12.589)</u>
	<u>(79.197)</u>	<u>(12.589)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,23%</u>	<u>36,16%</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	709.379	12.160	721.539	721.539	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	448	2.101	2.549	2.549	-
Provisão para perda esperada - contas a receber e outras contas a receber	51	29	80	80	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	433	2.455	2.888	2.888	-
Déficit com receita tarifária	4.271	(720)	3.551	3.551	-
Resultado de operações com derivativos	4.526	(253)	4.273	4.273	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(391.674)	(104.801)	(496.475)	-	(496.475)
Capitalização de juros	(240.052)	8.727	(231.325)	-	(231.325)
Custo de transação de empréstimos	(16.864)	1.152	(15.712)	-	(15.712)
Outros	258	(47)	211	211	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	70.776	(79.197)	(8.421)	735.091	(743.512)
Compensação de imposto	-	-	-	(735.091)	735.091
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	70.776	(79.197)	(8.421)	-	(8.421)

	2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	653.614	55.765	709.379	709.379	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.593	(2.145)	448	448	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	16	35	51	51	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	425	8	433	433	-
Déficit com receita tarifária	4.393	(122)	4.271	4.271	-
Resultado de operações com derivativos	4.527	(1)	4.526	4.526	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(330.093)	(61.581)	(391.674)	-	(391.674)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(252.234)	(4.682)	(256.916)	3.478	(256.916)
Outros	124	134	258	258	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	83.365	(12.589)	70.776	719.366	(648.590)
Compensação de imposto	-	-	-	(648.590)	648.590
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	83.365	(12.589)	70.776	70.776	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2022	16.233
2023	19.141
2024	28.803
2025	47.441
2026	44.276
2027 em diante	565.645
	721.539

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2021			2021	
	Despesas/custos com serviços prestados	Intangível	Receitas brutas	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores	
Controladora					
CPC	4.190 (b)	386 (b)	-	-	-
Controladora indireta					
CCR	3.314 (a)	-	-	91 (c)	596 (a)
Outras partes relacionadas					
CIIS	-	-	-	3 (c)	-
Samm	57 (e)	-	-	-	-
ViaQuatro	105 (i)	-	-	-	-
Instituto CCR	423 (f)	-	-	-	-
ViaMobilidade	73 (i)	-	-	-	3 (c)
Quicko	63 (h)	-	-	-	16 (h)
Linhas 8 e 9	-	-	-	39 (c)	-
Companhia de Gás da Bahia - BahiaGas	-	-	-	4 (i)	-
Consórcio Mobilidade Bahia	11.048 (d)	-	-	-	2.451 (d)
Camargo Correa Infra Construções	-	-	250 (g)	24 (g)	-
Total	19.273	386	250	161	3.066
	Transações			Saldos	
	2020			2020	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Receitas brutas	Ativo	Passivo
				Contas a receber	Fornecedores
Controladora					
CPC	4.015 (b)	920 (b)	-	193 (c)	343 (b)
Controladora indireta					
CCR	3.162 (a)	-	-	8 (c)	317 (a) (c)
Outras partes relacionadas					
RDN (antiga RodoNorte)	-	-	-	6 (c)	61 (c)
ViaQuatro	-	-	-	-	115 (c)
Samm	220 (e)	-	-	-	5 (e)
Barcas	-	-	-	20 (c)	-
Instituto CCR	128 (f)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	24 (c)	-
ViaSul	-	-	-	10 (c)	18 (c)
Consórcio Mobilidade Bahia	493 (d)	4.173 (d)	-	-	2.661 (d)
Camargo Correa Infra Construções	-	-	225 (g)	27 (g)	-
Total	8.018	5.093	225	288	3.520

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração (j):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.688	1.793
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.106	265
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	(146)	(1.148)
Previdência privada	52	6
Seguro de vida	3	3
	2.703	919

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (j)	1.201	861

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 13 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.100. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (Global Service Business), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- c) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- d) A Companhia e o Consórcio Mobilidade Bahia firmaram, em 13 de junho de 2014, contrato por administração sob regime de aliança com o objetivo de alcançar a melhor relação custo/benefício para a execução da expansão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas

Tendo em vista a conclusão do escopo do Contrato, as Partes, em 14 de novembro de 2018, formalizaram o Termo de Encerramento de Aliança, o qual estabeleceu o fim da aliança e definiu os procedimentos e responsabilidades a serem observados pelas Partes em relação ao encerramento.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre as responsabilidades assumidas pela Companhia estão:

- Pagar os funcionários da aliança afastados e das respectivas verbas rescisórias após término do período de afastamento, de acordo com as cláusulas do termo de encerramento;
 - Gerir os contratos assumidos e as relações contratuais com os fornecedores que são parte nos contratos assumidos;
 - Pagar ao consórcio os valores correspondentes aos desembolsos materializados relativos aos contratos assumidos.
- e) Contrato de prestação de serviços de transmissão de dados e internet, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- f) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- g) Contrato de cessão de espaço firmado em 07 de agosto de 2019 com a Camargo Corrêa Infra Construções, com vencimento em 30 de março de 2022;
- h) Gestão da comercialização e recarga de créditos eletrônicos de transporte por meio de aplicativo. O contrato possui prazo de 24 meses a partir da assinatura do contrato, ocorrido em março de 2021;
- i) Serviço de permissão de uso de faixa de domínio do sistema metroviária de Salvador e Lauro Freitas; e
- j) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		13.453	-	-	124	13.577
Máquinas e equipamentos		33.232	-	(6)	1.059	34.285
Veículos		6.116	-	(34)	8	6.090
Instalações e edificações		455	-	-	-	455
Sistemas operacionais		169	-	-	-	169
Imobilizações em andamento		1.348	4.995	-	(2.667)	3.676
Total custo		<u>54.773</u>	<u>4.995</u>	<u>(40)</u>	<u>(1.476)</u>	<u>58.252</u>
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(4.219)	(1.352)	-	-	(5.571)
Máquinas e equipamentos	10	(9.328)	(3.534)	-	-	(12.862)
Veículos	22	(4.618)	(777)	34	-	(5.361)
Instalações e edificações	(b)	(455)	-	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(34)	(19)	-	-	(53)
Total depreciação		<u>(18.654)</u>	<u>(5.682)</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>(24.302)</u>
Total geral		<u>36.119</u>	<u>(687)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.476)</u>	<u>33.950</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Móveis e utensílios		13.585	-	(132)	13.453
Máquinas e equipamentos		32.179	-	1.053	33.232
Veículos		5.769	-	347	6.116
Instalações e edificações		455	-	-	455
Sistemas operacionais		169	-	-	169
Imobilizações em andamento		925	2.712	(2.289)	1.348
Total custo		53.082	2.712	(1.021)	54.773
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	(2.867)	(1.353)	1	(4.219)
Máquinas e equipamentos	10	(5.838)	(3.490)	-	(9.328)
Veículos	22	(3.854)	(764)	-	(4.618)
Instalações e edificações	(b)	(455)	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(12)	(22)	-	(34)
Total de depreciação		(13.026)	(5.629)	1	(18.654)
Total geral		40.056	(2.917)	(1.020)	36.119

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; e
(b) Bens totalmente depreciados.

Não houve custos capitalizáveis nos exercícios de 2021 e 2020.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.868.865	-	73.581	(27.338)	2.915.108
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.182	-	1.482	-	11.664
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		6	891	(6)	-	891
Total do custo		2.879.053	891	75.057	(27.338)	2.927.663
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(243.501)	(90.028)	-	-	(333.529)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(5.163)	(1.882)	-	-	(7.045)
Total amortização		(248.664)	(91.910)	-	-	(340.574)
Total intangível		2.630.389	(91.019)	75.057	(27.338)	2.587.089
Infraestrutura em construção		20.769	76.763	(73.581)	218	24.169

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.900.941	-	42.021	(74.097)	2.868.865
Direitos de uso de sistemas informatizados		8.009	-	2.173	-	10.182
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		297	1.405	(1.696)	-	6
Total do custo		2.909.247	1.405	42.498	(74.097)	2.879.053
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(156.527)	(86.973)	(1)	-	(243.501)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(3.613)	(1.550)	-	-	(5.163)
Total amortização		(160.140)	(88.523)	(1)	-	(248.664)
Total intangível		2.749.107	(87.118)	42.497	(74.097)	2.630.389
Infraestrutura em construção		20.349	62.367	(41.477)	(20.470)	20.769

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível;
 (b) O montante de R\$ 27.120 refere-se à: (i) R\$ 14.845 a desapropriações; (ii) R\$ 12.502 a recebimento de sinistro; (iii) redução do ativo financeiro em R\$ 239; e (iv) R\$ 12 a caução;
 (c) R\$ 94.567, composto por R\$ 74.097 em intangível e R\$ 20.470 em infraestrutura em construção, refere-se à: (i) redução por transferência de saldo para o ativo financeiro no montante de R\$ 93.057 relativos a obras realizadas e (ii) redução decorrente de ressarcimento de obras efetuadas no montante R\$ 1.510.

Não houve custos capitalizáveis nos exercícios de 2021 e 2020.

13. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custo de transação incorrido</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2021</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Em moeda nacional</u>							
1. BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	27.946	Outubro de 2042	2.643.488	2.504.602 (b)(c)(d)
1. BNDES	TJLP	N/I	-	-	Outubro de 2042	3.311	3.220 (b)(c)(d)
2. BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	9.672	Outubro de 2042	717.045	674.899 (b)(c)(d)
3. BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.596	Outubro de 2042	448.646	424.463 (b)(c)(d)
Total geral				<u>46.214</u>		<u>3.812.490</u>	<u>3.607.184</u>
Circulante							
Financiamentos						84.993	75.395
Custos de transação						(3.286)	(3.368)
						<u>81.707</u>	<u>72.027</u>
Não Circulante							
Financiamentos						3.773.711	3.581.370
Custos de transação						(42.928)	(46.213)
						<u>3.730.783</u>	<u>3.535.157</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real.
 (c) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança CCR até o *completion*.
 (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2021</u>
2023	71.637
2024	78.389
2025	85.778
2026	93.964
2027 em diante	3.443.943
(-) Custos de transação	(42.928)
	<u>3.730.783</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.678, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.622.378 do Subcrédito A, R\$ 388.300 do Subcrédito B e R\$ 3.000 do Subcrédito C.

Os Subcréditos A e B são remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o Subcrédito C pela TJLP. O principal e juros estão sendo pagos em parcelas mensais desde 15 de abril de 2018 até 15 de outubro de 2042.

O total do financiamento foi liberado em várias parcelas ao longo dos anos de 2015 a 2020.

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o 1º aditivo ao contrato, cujas principais alterações foram: substituição do suporte da CCR na Fase I pela fiança corporativa da Controladora indireta CCR e a inclusão de restrição de redução de capital social.

2. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e em Subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal está sendo pago em parcelas mensais desde 15 de agosto de 2019 até 15 de outubro de 2042. Os juros foram pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente desde 15 de agosto de 2019.

O total do financiamento foi liberado em várias parcelas ao longo dos anos de 2017 a 2019.

3. Em 26 de dezembro de 2018, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com Subcrédito único, tendo sido integralmente liberado em 14 de fevereiro de 2019.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 3,4% a.a.. O principal está sendo pago em parcelas mensais desde 15 de fevereiro de 2021 até 15 de outubro de 2042. Os juros foram pagos trimestralmente até 15 de janeiro de 2021 e mensalmente desde 15 de fevereiro de 2021, exceto pelos relatados a seguir:

Em 14 de abril de 2020, foi aprovada pelo BNDES a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, por 6 meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada pelo BNDES a renovação da suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos financiamentos, por mais 6 meses, no período compreendido entre 15 de outubro de 2020 e 15 de março de 2021, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Em 11 de maio de 2021, foi aprovada pelo BNDES a renovação da suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos financiamentos, por mais 6 meses, no período compreendido entre 15 de maio de 2021 e 15 de outubro de 2021, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, acima, contam com as seguintes garantias:

(a) Cessão fiduciária do(s) direito(s):

- Ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade da concessionária;
- Em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a Desenhahia e o Estado da Bahia, com adesão do Metrô Bahia;
- Oriundos do Contrato de Garantia firmado entre o Metrô Bahia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações (representado pelo Desenhahia) e o Estado da Bahia;
- Em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato celebrado entre o Metrô Bahia e o Banco Santander (Agente de Liquidação); e
- Em face aos Agentes Arrecadores, emergentes dos contratos celebrados individualmente entre o Metrô Bahia e os agentes arrecadores..

(b) Penhor de 100% das ações do Metrô Bahia, detidas pela CPC.

(c) Fiança corporativa da Controladora indireta CCR, até o final da liquidação dos contratos de financiamentos, pelo pagamento de todas as obrigações assumidas pelo Metrô Bahia.

A Controladora indireta CCR será liberada da fiança corporativa após a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados do início da Operação Plena do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), do ICSD maior ou igual a 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida, e relação Patrimônio Líquido/Ativo maior ou igual a 20%.

A partir das demonstrações financeiras relativas ao primeiro exercício completo após o início da operação plena, cada apuração de ICSD $\leq 1,10$, acarretará acréscimo de 1 ano ao prazo de vigência da Fiança Corporativa.

Adicionalmente, os financiamentos também contam com os seguintes suportes da Controladora indireta CCR:

(a) A partir da declaração de extinção da fiança corporativa, aportar recursos na conta reserva da concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da contraprestação pecuniária.

O suporte descrito acima se encerra após: (i) a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados a partir da liberação da fiança corporativa, de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida; e (ii) quando for formalizado o procedimento a ser seguido para que os recursos arrecadados pelo Consórcio Transcard, que faz gestão do sistema de arrecadação operado pelos ônibus municipais, que sejam de direito da Companhia, sejam depositados na câmara de compensação.

As garantias prestadas pela Companhia, Controladora CPC e Controladora indireta CCR serão compartilhadas entre os financiamentos celebrados com o BNDES.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, a Companhia não poderá distribuir quaisquer recursos à acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

14. Nota promissória

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2021</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
1. 2a Emissão - Série única	CDI + 0,76% a.a.	1,3207% (a)	-	-	Janeiro de 2021	-	59.885 (b)
Circulante							
Nota promissória						-	59.912
Custos de transação						-	(27)
						<u>-</u>	<u>59.885</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantia:

(b) Aval / fiança da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerada.

Em 18 de janeiro de 2021 ocorreu pagamento de R\$ 58.000 e R\$ 1.912, referente ao pagamento de principal e juros, respectivamente, conforme contrato.

15. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	60.468	67.154
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	2	14
Cauções e retenções contratuais	<u>1.102</u>	<u>2.318</u>
	<u>61.572</u>	<u>69.486</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	2.885	3.476
Benefícios a pagar	115	99
Gratificações e participações a pagar	8.222	2.459
Encargos sociais e previdenciários	3.015	2.992
Provisão para férias e 13º salário	7.753	7.476
	21.990	16.502
Não circulante		
Gratificações a pagar	608	81
	608	81

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	252	12.618	(448)	(11.788)	45	679
Trabalhistas e previdenciárias	1.020	7.428	(201)	(545)	114	7.816
	1.272	20.046	(649)	(12.333)	159	8.495

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2021	2020
Cíveis e administrativos	1.387	3.227
Trabalhistas e previdenciários	644	1.029
	2.031	4.256

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.745.342 dividido em 1.745.342.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	152.153
(-) Absorção do prejuízo acumulado	(147.282)
(-) Constituição de reserva legal	<u>(243)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>4.628</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>1.157</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas operacionais

	2021	2020
Receitas metroviárias	198.483	172.319
Receitas de remuneração de ativo financeiro	392.752	232.144
Receitas de construção (ICPC 01)	73.093	59.706
Receitas de prestação de serviços - partes relacionadas	250	225
Receitas de contraprestação pecuniária variável	29.816	33.284
Receita de mitigação de demanda	236.976	161.448
Receitas acessórias	10.850	8.600
Receita bruta	942.220	667.726
Impostos sobre receitas	(1.298)	(1.088)
Devoluções e abatimentos	(21)	(9)
Deduções das receitas brutas	(1.319)	(1.097)
Receita líquida	940.901	666.629

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e notas promissórias	(299.501)	(284.758)
Juros sobre parcelamento de ISS	(374)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(6)	(8)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.796)	(1.949)
	(302.677)	(286.715)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.441	3.475
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	6	5
Receita de juros de mitigação	3.305	-
Juros e outras receitas financeiras	151	407
	13.903	3.887
Resultado financeiro	(288.774)	(282.828)

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora indireta CCR da Companhia possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.027	-	-	2.610	-	-
Aplicações financeiras	283.040	-	-	171.296	-	-
Contas a receber	-	22.455	-	-	337.229	-
Ativo financeiro	-	2.676.924	-	-	2.055.171	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	-	-	-	7.064	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	161	-	-	288	-
Passivos						
Nota promissória (a)	-	-	-	-	-	(59.885)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(3.812.490)	-	-	(3.607.184)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(64.364)	-	-	(71.364)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(3.066)	-	-	(3.520)
Dividendos a pagar	-	-	(1.157)	-	-	-
	284.067	2.699.540	(3.881.077)	173.906	2.399.752	(3.741.953)

(a) Valores líquidos do custo de transação.

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas, adiantamento a fornecedores, dividendos a pagar e ativo financeiro** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor.
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Nota promissória mensurada ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nota promissória (a) (b)	-	-	59.912	59.931

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	283.040	171.296

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ^{(6) (7)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽³⁾	Outubro de 2042	3.858.704	(333.024)	(384.100)	(435.184)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		276.968	24.930	31.158	37.383
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		6.072	544	679	815
Aplicação financeira (Santander) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		1.322	125	156	188
ISS parcelado	Selic ⁽⁴⁾		2.566	(235)	(293)	(352)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(307.660)</u>	<u>(352.400)</u>	<u>(397.150)</u>
Efeito sobre os financiamentos				(333.024)	(384.100)	(435.184)
Efeito sobre as aplicações financeiras				25.599	31.993	38.386
Efeito sobre as obrigações parceladas				<u>(235)</u>	<u>(293)</u>	<u>(352)</u>
Total do efeito de ganho / (perda)				<u>(307.660)</u>	<u>(352.400)</u>	<u>(397.150)</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ^{(6) (7)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		9,15%	11,43%	13,72%
		TJLP ⁽³⁾		0,16%	0,20%	0,24%
		Selic ⁽⁴⁾		5,31%	6,65%	7,97%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo BNDES;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo financeiro	239	93.057
Fornecedores - partes relacionadas	10.751	3.814
Fornecedores	(12)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>10.978</u>	<u>96.871</u>
Adições ao ativo intangível	(10.751)	(96.871)
Outros de ativo intangível	(227)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(10.978)</u>	<u>(96.871)</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Nota promissória</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(3.607.184)	(59.885)	(3.667.069)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	94.099	59.981	154.080
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	94.099	59.981	154.080
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(299.405)	(96)	(299.501)
Total das outras variações	(299.405)	(96)	(299.501)
Saldo Final	(3.812.490)	-	(3.812.490)

Composição do Conselho de Administração

Marcio Magalhães Hannas	Presidente
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

André Luis Pereira Costa	Diretor Presidente
Marcio Magalhães Hannas	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
 CRC 1SP190868/O-0 S/BA